



UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOMBARRAL E VALE COVO

ATA AVULSA nº 103/2015

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, nesta localidade de Bombarral e no edifício sede da União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo, reuniu em sessão ordinária, pelas 18h00 horas o Executivo da União representado por:=====

Presidente: António Feliciano Júnior; =====

Tesoureiro: Joaquim Marcos Rodrigues Henriques; =====

Secretário: Catarina Isabel Pinheiro Vilão Simões; =====

Vogal: Luís José Coelho Pereira Bernardino; =====

Vogal: Mariana do Rosário Gomes Francisco Costa. =====

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. =====

Aberta a sessão, foi lido e analisado o correio do expediente geral. Foi rececionado um email da Vereadora Norberta Santos do Município do Bombarral, para uma reunião de trabalho, a realizar dia 10 de dezembro/15, pelas 18h30, no edifício dos Paços do Concelho, seguida de jantar pelas 20h00. =====

A Conferência Vicentina do Santíssimo Salvador do Mundo do Bombarral, enviou um ofício com relatório referente ao mês de outubro/15, no seguimento do Protocolo assinado com a Paróquia do Bombarral para apoio a famílias carenciadas, onde são mencionados quais os apoios prestados a estas famílias, com o apoio mensal desta Autarquia. =====

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Bombarral e Jardins de Infância, enviou um email com um pedido de participação para a **Festa de Natal** do 1º Ciclo do Ensino Básico de Bombarral, que estão a organizar para dia 17 de dezembro/15. Os mesmos pretendem

trazer uma peça de Teatro para todas as crianças do 1º Ciclo e Jardins de Infância, cerca de 580 alunos. Não tendo esta Associação disponibilidade financeira para suportar a totalidade da despesa, dividiram os custos pelos Pais dos alunos, estando a ser pedido a cada pai, 1€ para ajuda nas despesas. Solicitam ao Executivo de cada Freguesia o apoio em 200€, e esta Associação colabora com 400€. Após debate de ideias entre o Executivo, o mesmo deliberou por unanimidade, apoiar a Festa de Natal para as nossas crianças de todo o Concelho, com **um donativo para a Festa de Natal/15, no valor de 200€.**=====

Analizado o correio recebido, em seguida o Executivo analisou e tratou da deliberação da proposta de aplicação de sanção disciplinar, aos trabalhadores Carlos Alberto Rodrigues Honorato e José Maria Marques da Silva: =====

PONTO 1: Aplicação sanção disciplinar ao trabalhador Carlos Alberto Rodrigues Honorato: – Pelo Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, foi presente informação remetida pela empresa “Soprofor-Sociedade Promotora de Formação, Lda” e que ficará anexa à presente ata, de acordo com a qual o trabalhador Carlos Alberto Rodrigues Honorato, com a categoria de Assistente Operacional e a exercer funções nesta autarquia desde 4/05/2015, não terá comparecido nos módulos de formação que tiveram lugar nos dias 9/10/2015, das 19.00h. às 23.00h, 10/10/2015, das 9.00h. às 12.00h. e das 14.00h. às 18.00h. e 7/11/2015, das 9.00h. às 12.00h. e das 14.00h. às 18.00h., destinados à obtenção da certificação profissional para “Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos”, num total de 18 (dezoito) horas de formação a que não compareceu. Motivo pelo qual aquele trabalhador não obteve aproveitamento que permita àquela entidade formadora conferir-lhe a referida certificação. Mais informou o Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, que, de facto, tendo por esta autarquia sido contratada à “Soprofor-Sociedade Promotora de Formação, Lda” a formação dos seus funcionários, para que, por estes fosse obtida a necessária e legalmente exigida certificação para aplicação de produtos fitofarmacêuticos e que foi ministrada nas

instalações da Associação Bombarral Sustentável e tendo ao trabalhador Carlos Alberto Rodrigues Honorato sido dadas instruções para que o mesmo frequentasse tal formação nas datas e horários indicados pela supra referida entidade formadora, verificou-se que o mesmo, não cumpriu tais instruções, pois ali não compareceu nos dias e horas supra mencionados, bem sabendo o mesmo que a sua falta de comparência implicaria a impossibilidade de obtenção de tal tipo de certificação. Em consequência disso e não tendo o referido trabalhador obtido a certificação que tal formação lhe proporcionaria, verifica-se que esta autarquia está impossibilitada de aplicar produtos fitofarmacêuticos contra plantas e pragas infestantes, de modo a proceder à limpeza e arranjos dos jardins e passeios que se encontram a seu cargo, assim como, terá de custear o pagamento de nova ação de formação que venha a permitir ao referido trabalhador a obtenção da certificação necessária para tal efeito.=

Deste modo, afirmou ainda o Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, que o trabalhador Carlos Alberto Rodrigues Honorato, ao agir como agiu, bem sabendo que tal conduta não lhe era permitida, violou os deveres de zelo, obediência, pontualidade e assiduidade, previstos no art. 74.º n.ºs 2 alíneas e), f), i e j), 7, 8 e 11 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de Junho, de ora em diante abreviadamente designada LGTFP, assim como, o dever de frequentar ações de formação e aperfeiçoamento profissional na atividade em que exerce funções, previsto no art. 74.º n.º 12 da LGTFP. Como tal, considerando a infração praticada e o facto do trabalhador em causa não ter averbada na sua ficha pessoal a aplicação anterior de qualquer outra sanção disciplinar e por se apresentar como adequada e proporcional, propôs o Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, que ao referido trabalhador fosse aplicada, nos termos do disposto nos art. 180.º n.º 1, 181.º n.º 1 alínea a) e 184.º da LGTFP, a sanção de repreensão escrita, devendo para isso, a mesma ficar registada no processo pessoal do referido trabalhador. Uma vez que, de acordo com o disposto no art. 194.º n.º 2 da LGTFP, a sanção disciplinar de repreensão escrita é aplicada sem necessidade de

processo disciplinar, deverá o trabalhador ser notificado para os termos e efeitos previstos na supra mencionada norma legal.=====

Colocada à votação a proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, de aplicar ao funcionário Carlos Alberto Rodrigues Honorato, a sanção disciplinar de repreensão registada, foi a mesma aprovada por unanimidade.=====

PONTO 2: Aplicação sanção disciplinar ao trabalhador José Maria Marques da

Silva: – Pelo Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, foi presente informação remetida pela empresa “Soprofor-Sociedade Promotora de Formação, Lda” e que ficará anexa à presente ata, de acordo com a qual o trabalhador José Maria Marques da Silva, com a categoria de Assistente Operacional e a exercer funções nesta autarquia desde 4/05/2015, não terá comparecido nos módulos de formação que tiveram lugar nos dias 10/10/2015, das 9.00h. às 12.00h. e das 14.00h. às 18.00h. e 24/10/2015, das 14.00h. às 18.00h., destinados à obtenção da certificação profissional para “Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos”, num total de 11 (onze) horas de formação a que não compareceu. Motivo pelo qual aquele trabalhador não obteve aproveitamento que permita àquela entidade formadora conferir-lhe a referida certificação. Mais informou o Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, que, de facto, tendo por esta autarquia sido contratada à “Soprofor-Sociedade Promotora de Formação, Lda” a formação dos seus funcionários, para que, por estes fosse obtida a necessária e legalmente exigida certificação para aplicação de produtos fitofarmacêuticos e que foi ministrada nas instalações da Associação Bombarral Sustentável e tendo ao trabalhador José Maria Marques Silva sido dadas instruções para que o mesmo frequentasse tal formação nas datas e horários indicados pela supra referida entidade formadora, verificou-se que o mesmo, não cumpriu tais instruções, pois ali não compareceu nos dias e horas supra mencionados, bem sabendo o mesmo que a sua falta de comparência implicaria a impossibilidade de obtenção de tal tipo de certificação. Em consequência disso e não tendo o referido trabalhador obtido a

certificação que tal formação lhe proporcionaria, verifica-se que esta autarquia está impossibilitada de aplicar produtos fitofarmacêuticos contra plantas e pragas infestantes, de modo a proceder à limpeza e arranjos dos jardins e passeios que se encontram a seu cargo, assim como, terá de custear o pagamento de nova ação de formação que venha a permitir ao referido trabalhador a obtenção da certificação necessária para tal efeito.=====

Deste modo, afirmou ainda o Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, que o trabalhador José Maria Marques Silva, ao agir como agiu, bem sabendo que tal conduta não lhe era permitida, violou os deveres de zelo, obediência, pontualidade e assiduidade, previstos no art. 74.º n.ºs 2 alíneas e), f), i e j), 7, 8 e 11 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de Junho, de ora em diante abreviadamente designada LGTFP, assim como, o dever de frequentar ações de formação e aperfeiçoamento profissional na atividade em que exerce funções, previsto no art. 74.º n.º 12 da LGTFP. Como tal, considerando a infração praticada e o facto do trabalhador em causa não ter averbada na sua ficha pessoal a aplicação anterior de qualquer outra sanção disciplinar e por se apresentar como adequada e proporcional, propôs o Presidente de Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, que ao referido trabalhador fosse aplicada, nos termos do disposto nos art. 180.º n.º 1, 181.º n.º 1 alínea a) e 184.º da LGTFP, a sanção de repreensão escrita, devendo para isso, a mesma ficar registada no processo pessoal do referido trabalhador. Uma vez que, de acordo com o disposto no art. 194.º n.º 2 da LGTFP, a sanção disciplinar de repreensão escrita é aplicada sem necessidade de processo disciplinar, deverá o trabalhador ser notificado para os termos e efeitos previstos na supra mencionada norma legal.=====

Colocada à votação a proposta apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Sr. António Feliciano Júnior, de aplicar ao funcionário José Maria Marques Silva, a sanção disciplinar de repreensão registada, foi a mesma aprovada por unanimidade.=

Para finalizar, a Secretária informou que irá enviar um email ao Padre Sérgio, Pároco da Paróquia de Bombarral, assim como para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral, com um pedido de uma viatura de prevenção de incêndios, afim de marcar hora para a bênção do Madeiro de Natal, no final da tarde de 24 de dezembro/15, no Largo da Igreja, onde mesmo se realizará.=====

O Presidente aproveitou para informar também que continua a arranjar lenha para a realização do Madeiro de Natal.=====

Por último, o Presidente informou que durante esta semana, foi transportada água para o Canil Municipal; limpeza de recintos, espaços ajardinados, corte de relva e aparo de árvores no Hotel Comendador e espaços circundantes; reparação de três estradas, uma no Casal do Vale, outra em Vale Covo e outra do Estorninho/Portela, com tut-venant e apoio com a máquina do Município; realização de trabalhos de limpeza de bermas e valetas, corte de ervas, canas e caniços, com o triturador, junto ao Centro de Saúde do Bombarral; transporte de papel para o GAP – Caldas da Rainha.=====

E não havendo mais nada a tratar, a União das Freguesias de Bombarral e Vale Covo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos nºs 2 a 4 do artº 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a qual vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretário, que a elaborei. Foi encerrada a reunião pelas 21h00. =====

(António Feliciano Júnior, Presidente)

(Catarina Isabel Pinheiro Vilão Simões, Secretário)